

POLÍTICA

# O PMDB (em crise) divulga apoio a Funaro

"O PMDB foi assassinado e o assassino é Ulysses Guimarães." A afirmação foi feita pelo deputado Francisco Pinto (BA), dirigindo-se ao próprio Ulysses, presidente nacional do partido, ontem, durante reunião reservada da Comissão Executiva Nacional do PMDB. Ao final do encontro, o partido divulgou um documento analisando a posição do PMDB diante da moratória no pagamento dos juros da dívida e dando total apoio ao presidente Sarney e ao ministro Dilson Funaro na condução da economia nacional (leia abaixo).

O representante da Bahia foi autor das mais duras críticas a Ulysses Guimarães, responsabilizado pela inércia do partido, diante do silêncio da maioria e da concordância de pelo menos dois outros dirigentes — Afonso Camargo e João Gilberto.

A reunião foi convocada para aprovar documento de apoio à decretação da moratória e à gestão de Dilson Funaro no Ministério da Fazenda — "que teve a coragem de propor a suspensão do pagamento dos juros da dívida".

Apesar da ameaça de recessão, do aumento do desemprego, da alta taxa de juros e da série de greves nas mais diversas categorias, em vários pontos do País, e das críticas da classe média ao Imposto de Renda, a direção nacional do PMDB não examinou a crise sócio-econômica. O partido decidiu aguardar a exposição do ministro da Fazenda, amanhã, perante a bancada do PMDB,

para depois se pronunciar. No entender da maioria dos presentes foi uma derrota de Funaro, a quem Ulysses Guimarães queria, de todas as formas, homenagear.

O ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, membro do diretório nacional, compareceu à reunião para sugerir a realização de plebiscito interno, junto aos diretórios municipais, regionais e nacional do partido, sobre a duração do mandato do presidente Sarney. "Estou traduzindo — disse ele — a preocupação do próprio presidente da República".

Aos jornalistas, antes de entrar na sala de reunião do PMDB, o ministro Dante de Oliveira rejeitou a tese da direção do PFL, de que o mandato de Sarney está definido na Constituição vigente — seis anos. Disse ele: "Mandato de seis anos é golpe, é desrespeitar os compromissos assumidos pela Aliança Democrática nas praças públicas".

A questão do mandato de Sarney foi também abordada em longo documento (20 laudas) encaminhado a Ulysses Guimarães pelo senador gaúcho José Fogaça, com o apoio, segundo ele, de Afonso Camargo, Francisco Pinto e Milton Reis. O documento propõe o exame da duração do mandato do atual presidente, além de outras questões fundamentais, como parlamentarismo e presidencialismo, manutenção da Aliança Democrática, crise econômica pós-cruzado.

A proposta é no sentido de o PMDB reunir, debater, definir e avançar, em ques-

Em meio a críticas a Ulysses, a justificativa para o apoio: a economia segue o programa do partido.



Ulysses e a Executiva: tensão.

tões políticas, sociais e econômicas. "O PMDB precisa deixar de só fazer política para ter uma política" — diz o documento.

As sugestões do ministro Dante de Oliveira e do senador Fogaça serão examinadas oportunamente, talvez em próxima reunião da Executiva, a ser marcada por Ulysses Guimarães, que levou à reunião de ontem documento de quase seis laudas, de apoio à decisão de Sarney de decretar a moratória dos encargos da dívida externa.

## Inércia

Nos debates, o deputado Francisco Pinto fez veementes críticas ao partido, conde-

nando sua inércia e reclamando da democracia interna. Lembrou que no regime militar o PMDB teve a coragem de lutar, mas, com o surgimento da Nova República, "parou e estacionou".

Segundo Francisco Pinto, sob o comando de Ulysses Guimarães, o partido, recentemente, condenou greves, esquecendo suas lutas antigas. Criticou a forma de o PMDB apoiar o governo, notadamente a política econômica, sem nada questionar. "Nem medidas burocráticas, como a simples prestação mensal de contas do partido estão sendo feitas, num desrespeito aos nossos estatutos" — disse ele.

Ulysses Guimarães, depois de ter sido responsabilizado pelo "assassinato" do PMDB, não se perturbou. Respondeu às críticas observando que, mesmo sendo como Francisco Pinto falou, o PMDB tem crescido a cada eleição, possuindo, hoje, a maioria absoluta da Assembléia e 22 dos 23 governadores.

Apesar de numerosas entrevistas, o senador Afonso Camargo não defendeu o rompimento do partido com o governo. Falou muito pouco de sua tese, de o partido definir se é governo ou se voltaria às ruas para fazer oposição. O senador paranaense, que é 3º vice-presidente do PMDB, apoiou a proposta de José Fogaça, de discutir a posição do partido.

O senador Fogaça, no seu documento, afirmou que "sair do governo e passar para

oposição seria não mais do que uma opção individual, egoísta, pequena e oportunista, apenas para salvar a própria pele, deixando que o país se dane".

Fogaça disse, também, que o PMDB "é governo", acentuando: "A crise econômica é problema nosso, a moratória, as elevadas taxas de juros, as greves, a inflação, os salários e os preços, a preservação da democracia — tudo que aí está é problema nosso".

## Parceiro ideal

O governador de Goiás, Henrique Santillo, que esteve em Brasília, ontem, também advertiu para a necessidade de o PMDB formular imediatamente um programa de governo e diretrizes para a área econômica, senão o Brasil cairá numa "recessão apavorante". Além disso, Santillo criticou a falta de rumos do governo Sarney e disse que a troca de ministros não vai solucionar os problemas do País.

Segundo Henrique Santillo, o "PFL não é o parceiro ideal para o PMDB operar a transição" no País. Ele sugeriu uma aproximação com o PT, o PDT e também com os comunistas. Para ele, o imobilismo do governo decorre justamente do conflito entre as forças que o apóiam. Quanto ao PMDB, Santillo afirmou ser hora de acabar com as disputas internas pelo poder, "porque isso só atrapalha".

Já o governador da Bahia, Waldir Pires, afirmou que o PMDB deve continuar na luta pela suspensão do pagamento da dívida.

## O DOCUMENTO

Em nota oficial, a Comissão Executiva Nacional do PMDB afirmou, ontem, que "não há como questionar a condução das negociações da dívida externa, em particular o trabalho do ministro Dilson Funaro, que teve a coragem de propor a suspensão do pagamento dos juros da dívida".

Para o PMDB, os problemas atuais foram provocados, em grande parte, por heranças de governos anteriores e manobras externas, com o objetivo de obrigar o Brasil a ceder mais uma vez aos interesses das comunidades financeiras internacionais.

Quase 40 dias depois da decretação da moratória, a nota do PMDB diz que o partido respaldou, "desde o início, a decisão do presidente Sarney e do ministro Funaro, de decretar a moratória, e reitera todo o apoio político para que eles levem o processo às últimas consequências".

Foi suprimido do texto original um parágrafo no qual o PMDB se declarava "na expectativa da formulação de um projeto econômico que significasse a independência real do País; todavia, a ausência de um desdobramento lógico para a moratória, ao lado de notícias contraditórias sobre o sentido "verdadeiro dessa decisão, colocam o partido diante da necessidade de fornecer todo apoio político ao presidente Sarney, para que ele leve o processo às últimas consequências".

Diz a nota da direção nacional do PMDB que o apoio político ao presidente Sarney provém de todos os setores do partido: de seus dirigentes, de seus governadores, de suas bancadas, de seus militantes. O texto original dizia "Precisamos mostrar aos trabalhadores, aos empresários, aos militantes, aos estudantes, às igrejas e a toda a nação brasileira que o caminho da dignidade não tem retorno, a não ser que se pague o preço da desmoralização e da rendição incondicional; tal preço está implícito na pregação dos que desejam a volta ao FMI e, ao mesmo tempo, brandam contra a recessão, esquecidos de que o Fundo é a recessão".

Com as alterações feitas durante a reunião, a redação ficou assim: "... Reiteramos que o caminho da dignidade não tem retorno. O preço da rendição está implícito na pregação dos que desejam a volta ao FMI, esquecidos de que a política do Fundo é a própria

recessão".

A nota cita saldos comerciais de 1985 e 1986, com referências aos saldos de 1983/84. Afirma, ainda, que no momento em que se instalou o governo de transição democrática (estava escrito no original — "no momento em que o PMDB chegou ao governo") desencadearam-se as pressões, como provam as estatísticas".

A íntegra da nota aprovada pela Executiva do PMDB é a seguinte:

"Nos últimos dois anos — desde que o presidente Sarney assumiu o governo — ocorreu substancial mudança nas relações entre o Brasil e a comunidade financeira internacional.

Em 1985 e 1986, o Brasil acumulou saldos comerciais que somaram 21,9 bilhões de dólares, graças, sobretudo, à redução das importações. Nesse mesmo período, a transferência de recursos para o Exterior subiu a 24,1 bilhões de dólares, e o ingresso líquido de novos capitais foi negativo: menos 1,4 bilhão de dólares.

Tracemos um paralelo com o que aconteceu no final do regime militar, no biênio 1983/84. O saldo comercial de então foi de 19,6 bilhões de dólares, mas houve ingresso líquido de capitais estrangeiros, principalmente sob a forma de novos empréstimos, no montante de 12,9 bilhões de dólares.

Desta forma, em 83/84 o Brasil transferiu para o Exterior 9,8 bilhões de dólares, enquanto em 85/86 teve que transferir 24,1 bilhões, o que representa um aumento de 145,9%. A drenagem de recursos elevou-se a mais de 5% do PIB, um nível jamais visto no relacionamento internacional, pois representa mais do que o dobro da percentagem que a Alemanha foi condenada a transferir entre 1925 e 1932, por conta das reparações, depois da Primeira Guerra Mundial.

Não há como questionar, portanto, a firme condução das negociações relativas à dívida externa e, em particular, o trabalho do ministro Dilson Funaro, que teve a coragem de propor a suspensão do pagamento dos juros da dívida. Os problemas atuais foram provocados em grande parte por manobras externas, com o objetivo de obrigar o Brasil a ceder mais uma vez aos interesses da comunidade financeira internacional.

No momento em que se instalou o governo de transição democrática, desencadearam-se as pressões, como provam as estatísticas. Nosso partido sempre teve a clara consciência de que a dívida externa, nos termos em que foi colocada para os países do Terceiro Mundo, confirmava uma nova forma de dominação.

Através da dívida, as nações industrializadas passaram a controlar o processo de desenvolvimento dos devedores, ao impor unilateralmente as taxas de juros. Assim, as nações ricas transferiram as consequências da inflação que sofriam para as nações pobres. Por meio da dívida se chegou ao aviltamento das relações de troca, pois os devedores foram obrigados a exportar cada vez mais para saldar compromissos sempre crescentes.

A visão do PMDB sobre o problema foi inicialmente exposta por seu presidente, deputado Ulysses Guimarães, no discurso "Travessia", em agosto de 1983. Nele, ao descartar o caminho da submissão ao FMI, o presidente Ulysses Guimarães afirmava que, em nome dos interesses do País, o governo deveria decretar moratória. Depois de lembrar que os credores subiram as taxas de juros de 6% para 21%, unilateralmente, o presidente do PMDB insistia em que "cabe ao País, agora também unilateralmente, dizer aos credores quais as condições que possibilitaram o pagamento da dívida sem prejuízos irreparáveis para o crescimento econômico do País". Sua análise do tema era concluída com palavras cada vez mais atuais: "Só assim reconquistaremos nossa liberdade para agir soberanamente, reorientando a posição do Brasil no comércio internacional e no sistema produtivo mundial, de modo a contribuir para o fortalecimento de uma ordem econômica renovada, na qual os interesses dos países do Sul sejam preservados diante das pressões e dos interesses dos países do Norte".

O presidente Ulysses Guimarães voltaria à questão no discurso "Diretas-Já", de abril de 1984. Nessa ocasião, renunciou os compromissos básicos do PMDB, colocando em primeiro lugar a Assembléia Nacional Constituinte, que ora se reúne. O segundo item era a "retomada imediata do desenvolvimento econômico, com distribuição de renda e soberania nacional, que requer o imediato rompimento dos acordos com o FMI". E o terceiro

item era este: "Moratória da dívida externa, por um período não inferior a cinco anos, e o estabelecimento de taxas de juros e prazos compatíveis com nossa capacidade de pagamento".

Mais recentemente, o documento "Compromisso com mudanças", aprovado pelo Diretório Nacional em 06 de março de 1986, reforçava as posições defendidas pelo presidente do partido, estabelecendo que "não se pode aceitar, nas negociações sobre a dívida, qualquer ingerência sobre decisões internas, que são de competência exclusiva de nosso governo. Além de imperativo da dignidade, essa recusa é ato de sabedoria já que os organismos internacionais não estão interessados em resolver problemas, mas em preservar a ordem econômica mundial — essa mesma ordem voltada para a espoliação das nações mais fracas".

Esse documento instava ainda o governo a adotar condições reais de negociações, dizendo que "só pode negociar quem tem o direito de recusar propostas; se um dos lados é obrigado a aceitar as imposições feitas pelo outro, não há entendimento, mas capitulação. Logo, a capacidade de negociação é, na verdade, a capacidade de recusar propostas inaceitáveis". E examinando a questão pelo ângulo político, o documento afirma que "a mobilização popular na defesa desses interesses dará ao governo condições para negociar sem temer quaisquer pressões. No campo externo, a ação política deve contemplar a articulação com os demais países devedores, que enfrentam problemas comuns, submetidos ao mesmo esquema de espoliação".

Temos, por fim, a manifestação do congresso do PMDB, reunido em agosto passado. As conclusões a que chegou o partido se inserem perfeitamente na linha seguida até então: "O PMDB não pode aceitar passivamente as severas limitações que a transferência de recursos ao Exterior representa para a recuperação econômica e social do País. Em consonância com as posições assumidas no passado, o PMDB deve insistir em que seja tomada a iniciativa de promover imediata e substancial redução dessa transferência, o que implica em redefinir radicalmente as condições de pagamento da dívida eterna".

A posição do PMDB quanto à dívida ex-

terna, portanto, repousa sobre embasamentos doutrinários estabelecidos ao longo dos anos pelos seus órgãos dirigentes, sempre preocupados com a defesa dos interesses nacionais.

Comprometido com essas teses, o PMDB respaldou desde o início a decisão do presidente José Sarney e do ministro Dilson Funaro, de decretar a moratória, e reitera todo o apoio político para que eles levem o processo às últimas consequências.

Esse é o passo inicial para qualquer plano econômico que diga respeito aos compromissos do PMDB, de manter os salários reais e buscar sua progressiva elevação. Para que se promova essa distribuição de renda, no sentido preconizado pelo partido, faz-se necessário conter a especulação financeira e reduzir as taxas de juros, que estão prejudicando a agricultura, a micro, a pequena e média empresa. Sem essas condições mínimas não se pode pensar em combater a inflação, em estimular os investimentos, na elevação do nível de emprego, enfim, na definição de uma política econômica voltada para o atendimento dos anseios da grande maioria da população brasileira. No entanto, esse entendimento depende fundamentalmente da negociação soberana da dívida externa.

Esse apoio político ao presidente Sarney provém de todos os setores do partido: de seus dirigentes, de seus governadores, de suas bancadas, de seus militantes. Unidos aos trabalhadores, aos empresários, aos militares, aos estudantes, às igrejas e a toda a nação brasileira reiteramos que o caminho da dignidade não tem retorno. O preço da rendição incondicional está implícito na pregação dos que desejam a volta ao FMI e, ao mesmo tempo, brandam contra a recessão, esquecidos de que a política do Fundo é a recessão.

Temos pela frente dois caminhos, um é o do retrocesso pela via da submissão às manobras e pressões externas, articuladas também pelos aliados domésticos da comunidade financeira internacional. O outro é um caminho penoso que conduz à independência. Trilhando-o, estaremos cumprindo o dever de legar às gerações futuras o singelo direito de dispor dos frutos de nosso trabalho.

Brasília, 31 de março de 1987.